

Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2016/CTAS/CNRH/MMA

Assunto: Moção dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Piauí, recomendando que, no âmbito de suas respectivas competências, sejam tomadas ações de articulação com a União para a regularização do uso das águas superficiais e subterrâneas no Vale do Gurguéia, além do planejamento para o uso múltiplo e integrado destes mananciais.

1. Histórico

1.1. A Secretaria Executiva do CNRH recebeu, no dia 05 de agosto de 2016, Ofício nº 001/2016 enviado pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas – FONASC-CBH, que solicita atuação do CNRH em favor do fim do desperdício de água dos poços jorrantes do Vale do Gurguéia – PI, considerando a Ação Civil Pública nº 0015781-03.2015.4.01.4000, em trâmite pela 5ª Vara Federal de Teresina – PI, que concedeu liminar para que a União adote todas as providências necessárias para a elaboração de Projeto-Básico da Adutora do Sertão do Estado do Piauí;

1.2. A matéria entrou na pauta da 94ª Reunião da CTAS, realizada nos dias 15 e 16 de junho de 2016, iniciando os debates sobre as possíveis formas de aproveitamento das águas no Vale do Gurguéia – PI.

1.3. Durante a 95ª reunião da CTAS, em 24 e 25 de agosto de 2016, a matéria foi novamente discutida na Câmara, com apresentação do Sr. Fernando A. C. Feitosa (CPRM) expondo todo histórico da problemática dos poços jorrantes do Vale de Gurguéia e um resumo do relatório intitulado “Zonas Estratégicas de Produção de Água Subterrânea no Vale do Gurguéia / PI: Cenários de Exploração”. Como encaminhamento a CTAS decidiu elaborar uma Moção destinada ao Estado do Piauí e a União, solicitando o planejamento da exploração dos aquíferos do Vale do Gurguéia.

1.4. Na 96ª reunião da Câmara, realizada nos dias 05 e 06 de outubro de 2016, houve a apresentação dos Ministérios Públicos Federal e Estadual do Piauí a respeito da ação civil pública ajuizada na Promotoria Regional Ambiental de São Raimundo Nonato. Após exposição das motivações da ação, a CTAS concluiu pela elaboração da moção na presente reunião, havendo subsídios técnicos e jurídicos suficientes para a tomada de decisão.

2. Análise

2.1. A proposta de Moção foi discutida na 96ª reunião da CTAS, no dia 06 de outubro, com a apresentação do Promotor Regional Ambiental, Sr. Vando da Silva Marques, e do Procurador da República, o Sr. Marco Aurélio Adão, que expuseram as motivações

para a Ação Civil Pública nº 0015781-03.2015.4.01.4000, em trâmite pela 5ª Vara Federal de Teresina – PI.

22. A Moção é dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Piauí, recomendando que sejam tomadas ações de articulação com a União, por meio da ANA, a CPRM, Ministério da Integração Nacional e outros órgãos competentes, para a regularização do uso das águas superficiais e subterrâneas, no Vale do Gurguéia, com o objetivo principal de racionalização do uso das águas subterrâneas e o combate ao desperdício.

23. Recomenda-se ainda a elaboração de um planejamento para o uso múltiplo e integrado das águas subterrâneas da região, em especial para o atendimento do abastecimento da população dos municípios do Estado, situados na borda sudeste do semiárido cristalino, que enfrentam graves problemas de abastecimento, de má qualidade da água e de estiagem.

24. No caso específico dos poços perfurados no aquífero Cabeças, os quais, segundo os técnicos da CPRM, apresentaram maior qualidade para abastecimento público, de acordo com o relatório intitulado “Zonas Estratégicas de Produção de Água Subterrânea no Vale do Gurguéia / PI: Cenários de Exploração”, a proposta de Moção recomenda ainda o planejamento de controle, regularização e combate à utilização inadequada e/ou perdulária deste manancial, visando garantir o abastecimento futuro das comunidades, e em particular, estabelecer cronograma para regularização dos usos clandestinos, bem como para a instalação de controle de vazão e hidrômetros nos poços jorrantes.

3. Conclusão

3.1. Ao final da análise pela CTAS, a matéria foi aprovada por unanimidade, conforme minuta de Moção anexa, para ser enviada para análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL.

3.2. Desta forma, a Câmara recomenda sua aprovação pelo Plenário do CNRH.

Este é o parecer

Em, 06 de outubro de 2016.



Presidente da CTAS